

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL****ATA NÚMERO VINTE DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 28 DE ABRIL DE 2017**

Aos vinte e oito dias do mês de abril de dois mil e dezassete, nesta Cidade de Tarouca, e Salão Nobre dos Paços do Município, teve lugar a vigésima sessão da Assembleia Municipal de Tarouca, sob a presidência do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Domingos Manuel Pinto Nascimento, coadjuvado pelos membros Rui Manuel da Costa Pereira e Dina Maria de Almeida Tomé, primeiro e segundo secretários, respetivamente.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a reunião pelas catorze horas e quarenta e cinco minutos. Procedeu-se de imediato à chamada para a verificação do quórum, tendo-se notado a presença dos seguintes membros, para além dos supramencionados que constituem a Mesa da Assembleia:

- Membros eleitos diretamente:

- António Carmo Santos; António Luís Carrapa Sarmento; Manuel do Carmo Ferreira; Maria Albertina da Silva Ferreira Adrega Cardoso; Ana Palmira Botelho Figueiredo; Liliana Matias Soares; Manuel Leite dos Santos; e Anabela Carvalho Almeida Pinto Sousa.

- Presidentes de Junta de Freguesia:

- Rufino Marcelo Queirós; Manuel Francisco Alves Pinto Laranjo; Tiago Jorge Martins Eusébio; Domingos dos Santos Rodrigues; Balduíno do Carmo Fonseca, Tesoureiro da Junta de Freguesia da União de freguesias de Gouveias e Ucanha, em substituição de João Manuel Santos Félix; Vítor Alexandre Cardoso Ferreira e Rui Fernando Guedes Raimundo.

Não compareceram os seguintes membros: José Manuel de Andrade Oliveira; Teresa Alexandra Carvalho Silva e Paulo Jorge Dias Pereira.

Verificou-se ainda a presença do Senhor Presidente da Câmara Municipal e dos Senhores Vereadores José Damião Lopes Guedes de Melo e Susana Cristina Dias Pereira, não tendo comparecido os Senhores Vereadores José António Amaro Nunes e Afonso Manuel Batista Dias.

Verificou-se também a presença da Coordenadora Técnica, Ana Maria Guerra Borges, designada para lavrar as atas e as minutas da Assembleia Municipal, no mandato autárquico de 2013 - 2017.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal cumprimentou os presentes, tendo aproveitado a oportunidade para chamar a atenção dos presentes, para o facto de se poderem inscrever, para o primeiro momento da intervenção do público.

Passou-se de imediato à discussão da agenda de trabalhos que se segue:

❖ PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

❖ Tomada de posse de novo membro da Assembleia Municipal;

❖ Apreciação e votação da ata nº 19 da sessão ordinária de 27.02.2017;

❖ Intervenção do Senhor Presidente da Assembleia Municipal: Expediente, informações e contextualização da sessão.

❖ **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (1º momento)**

❖ **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA (continuação)**

❖ Intervenção dos membros da Assembleia nos termos do art. 17º do Regimento.

❖ **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

1. Apreciação do inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais do Município e respetiva avaliação, relativo ao ano de 2016;

2. Apreciação e votação dos documentos de prestação de contas referentes ao ano de 2016, acompanhados da certificação legal de contas e do parecer sobre as mesmas, apresentados pela sociedade de revisores oficiais de contas "BDO & Associados, SROC, Lda.";

3. Discussão e votação do aditamento ao Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica em Baixa Tensão no Município de Tarouca;

4. Apreciação da informação respeitante à autorização prévia genérica para assunção de compromissos plurianuais respeitante ao período de 01.01.2017 a 18.04.2017;

5. Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade do Município, da respetiva situação financeira e dos resultados da participação do Município nas empresas locais e em quaisquer outras entidades (alíneas b) e c) do nº 2 art. 25º da Lei nº 75/2013, de 12.09).

❖ **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (2º momento)**

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

TOMADA DE POSSE DE NOVO MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal explicou que na sequência da comunicação de renúncia ao mandato feita na última sessão pelo membro Luís Fernando Coelho de Barros Pereira, a qual será arquivada sob o número trinta e quatro, do maço de documentos número um do livro de atas número dez, e nos termos do disposto no número quatro, do artigo setenta e seis da Lei nº 169/99, de 18.09, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11.01, procedeu à convocação do eleito António Loureiro Borges, que se seguia na ordem da respetiva lista. Contudo, este eleito, por carta datada de 25.04.2017, informou que, por motivos pessoais, não iria tomar posse, cuja carta leu em voz alta, e que ficará arquivada sob o número trinta e cinco. Por esse motivo, convocou de imediato o eleito que se seguia na



MUNICÍPIO DE TAROUCA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fl. 119
2017.04.28

respetiva lista, José Bruno Gouveia Cardoso, para que ainda pudesse tomar posse nesta sessão e que se encontra presente. Verificou de seguida a legitimidade e a identidade do membro José Bruno Gouveia Cardoso, mediante a exibição do cartão de cidadão número 11122529, válido até 20.05.2018, filho de José Rodrigues Cardoso e de Maria Carmina de Jesus Gouveia Cardoso, de 39 anos de idade, casado, empresário, residente na Rua Nova, em Vila Pouca, freguesia de Salzedas, deste Concelho, tendo-o considerado investido nas suas funções de membro desta Assembleia Municipal.

Deu-lhe de seguida as boas vindas, desejando-lhe um bom trabalho e felicidades nesta nova função, informou-o ainda que a filosofia de funcionamento do órgão é a de que todos somos iguais apesar das diferenças de ideias, e que não são usados títulos académicos, perguntando-lhe se vê inconveniente nisso.

O novo membro não viu qualquer inconveniente.

APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA Nº 19 DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 27.02.2017

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à discussão do plenário a ata número dezanove da sessão ordinária de vinte e sete de fevereiro de dois mil e dezassete, cuja leitura foi dispensada, em virtude do texto ter sido distribuído previamente a todos os membros da Assembleia Municipal.

Não tendo sido apresentadas alterações, procedeu-se à votação da ata número dezanove da sessão ordinária de vinte e sete de fevereiro de dois mil e dezassete, a qual foi aprovada por maioria de dezasseis votos a favor e duas abstenções dos membros António do Carmo Santos e José Bruno Gouveia Cardoso, por não terem estado presentes naquela sessão.

INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: CONTEXTUALIZAÇÃO DA SESSÃO, EXPEDIENTE E INFORMAÇÕES.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que se encontra disponível para consulta a correspondência recebida, tendo destacado a seguinte:

- Convite do Instituto Camões, I.P., para a apresentação de livro sobre a família Silva de Tarouca - (Telles da Silva);
- Convite da Associação ELAS para a Feijoada Solidária, a favor do Centro Paroquial Santa Helena da Cruz - 19.03.2017;
- Convite para a apresentação do livro Rosas Brancas na Casa do Paço de Dálvares - 12.03.2017;
- Convite do Museu Diocesano de Lamego para a Exposição "Fragmentos Medievais: vestígios do canto hispânico" - 18.04.2017;
- Convite para a 3ª reunião da Comissão Consultiva do Processo de Revisão do Plano Diretor Municipal de Tarouca - 18.04.2017;

- Convite da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego para o Seminário Comemorativo do Aniversário da Santa Casa da Misericórdia de Lamego - 27.04.2017;

- Convite da "Proviseu - Associação para a Promoção de Viseu e Região" para o debate sobre acessibilidades à Região de Viseu - 20.05.2017;

- Assembleia Municipal de Viseu - Envia moção aprovada sobre o tema "Garantir a ligação ferroviária à cidade de Viseu";

- Comunicação da Rede Social de Saúde informando que Sua Excelência o Presidente da República concedeu o seu Alto Patrocínio ao projeto "Aldeias Humanitar".

Referiu que foram apresentadas justificações de falta pelos seguintes membros: - José Manuel A. Oliveira; Teresa Alexandra Silva e Paulo Jorge Dias Pereira, as quais serão arquivadas sob os números trinta e seis, trinta e sete e trinta e oito, respetivamente, no maço de documentos número um do livro de atas número onze.

Prosseguiu a sua intervenção, informando que esteve presente na reunião da Comissão Consultiva do processo de Revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) de Tarouca, no passado dia dezoito de abril, a qual foi convocada para a ponderação e votação da proposta da versão final do plano, tendo em vista a emissão de parecer final, na qual estiveram presentes representantes de todas as entidades intervenientes no processo e a Senhora Vereadora Susana Cristina Dias Pereira, em substituição do Senhor Presidente da Câmara, cuja postura serena permitiu que a reunião fosse rápida e muito profícua, a qual finalizou com a aprovação final do documento.

Informou que todas as entidades se pronunciaram favoravelmente ao documento, nas quais se inclui o Presidente da Assembleia Municipal, que se pronunciou no sentido de que se trata de um documento importante para o desenvolvimento do Concelho, que vai ao encontro dos anseios das pessoas, tendo por isso emitido parecer favorável ao documento.

Felicitou o Executivo por ter conseguido um documento bem concebido e estruturado, e que em breve estará em discussão pública.

Referiu que o Presidente da Assembleia Municipal tem por obrigação estar atento ao que vai acontecendo no Executivo, nomeadamente através da leitura das atas das reuniões da Câmara Municipal, nas quais tem verificado, desde outubro do ano findo, que um dos Vereadores tem faltado reiteradamente às reuniões. Por isso, alertou o Senhor Presidente da Câmara para esse facto, pois julga preocupante que tenhamos um órgão a funcionar apenas com quatro elementos.

Aproveitou ainda para lembrar que a Assembleia Municipal é o órgão mais representativo do Município, sendo um dever de todo o Executivo estar presente nas suas reuniões,



2017.04.28

MUNICÍPIO DE TAROUCA**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

lamentando que haja dois vereadores que faltam com regularidade às sessões.

Quanto às comemorações do 25 de Abril, disse que entende que foi um dia extraordinário, que prova que é possível fazer uma revolução todos os dias.

Apresentou os seguintes agradecimentos:

- a todas as Bandas de Música, pela generosidade, às que estiveram presentes e às que não estiveram, por motivos justificados, nomeadamente à Banda Juvenil Zé Ribeiro, que se disponibilizou a prestar esse serviço num outro dia;
- aos Bombeiros Voluntários de Tarouca pela forma generosa como participaram e às Bombeiras da logística, que de forma voluntária, confeccionaram o delicioso almoço.
- à Academia de Música, a todas as Associações e Juntas de Freguesia, pela forma como dignificaram este Município;
- a todos os colaboradores do Município que se disponibilizaram para colaborar no evento, nomeadamente, Agostinho Oliveira, Manuelino Oliveira, Olívia Trindade; Maria da Conceição; Ana Borges e Paulo Chaves, pela forma eficiente como ajudaram a concretizar este evento;
- à Comissão Permanente e aos restantes membros que estiveram presentes naquele dia e ainda ao Executivo Municipal, que está sempre muito próximo nestas realizações. Realçou o Encontro Diocesano dos Alunos de Educação Moral e Religiosa Católica, que aconteceu no dia da sessão em Tarouca, com a participação de muitos jovens, e que teve o apoio da Câmara Municipal e da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Tarouca e Dálvares, vincando a importância de se realizar em Tarouca este tipo de evento, na medida em que traz jovens de toda a região.

Salientou que, neste dia, à noite, terá lugar no Salão Nobre dos Paços do Município, um Encontro da Padaria, que se trata de um Grupo que se reúne de dois em dois meses já há cerca de seis anos, o que constitui um exercício de cidadania ativa diferenciadora, e, por isso, convidou esse Grupo para fazer um encontro nos Paços do Município, reiterando a todos os membros o convite para estarem presentes, pois também vai ser apresentada uma reedição da Monografia do Padre Vasco Moreira.

Em relação ao Congresso da Cidadania Política, pediu a participação de todos os membros e que ajudem a divulgar o evento e a inscrever pessoas.

Nesta altura da reunião, chegou o Senhor Balduino do Carmo Fonseca, em substituição de João Manuel Santos Félix.

Leu em voz alta a proposta de recomendação que a seguir se transcreve:

"PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO

O Senhor Eng.º António Guterres demonstrou sempre uma grande paixão por este Concelho, e que, enquanto Primeiro-Ministro, em muito contribuiu para a preservação e recuperação do

património histórico de S. João de Tarouca, de Salzedas e de Ucanha, principalmente através da aprovação de medidas e programas para o efeito, que permitiram a recuperação dos nossos monumentos nacionais, estando na génese do que veio a ser o denominado Projeto Vale do Varosa.

Saliente-se que já em reunião da Câmara Municipal de 8 de junho de 2006, por sugestão apresentada por escrito pelo cidadão César Luís Marçal Monteiro de Carvalho, foi aprovada a atribuição da Medalha de Ouro do Município ao Senhor Eng.º António Guterres, como público reconhecimento pelos relevantes contributos dados para a preservação e divulgação do património histórico do concelho de Tarouca. A entrega desta Medalha nunca foi concretizada.

Importa reconhecer e fazer justiça à História e por isso proponho a Vs. Exas. que seja recomendada à Câmara Municipal a aprovação da atribuição do nome de uma rua da Cidade ao Senhor Eng.º António Guterres.

Tarouca, 28 de abril de 2017.

O Presidente da Assembleia Municipal,

a) Domingos Manuel Pinto Nascimento"

Não tendo havido intervenções no primeiro momento do período de intervenção do público, passou-se de seguida à

INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA NOS TERMOS DO ART. 17º DO REGIMENTO

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu início à intervenção dos membros da Assembleia, nos termos do artigo dezassete do Regimento.

Intervieram os seguintes membros:

- **António Carmo Santos** - Disse que não lhe foi possível estar presente nas comemorações do 25 de abril, por ter outros compromissos. Lembrou os anos em que esteve em Angola, como militar, antes do 25 de abril, dizendo que gostava que nas comemorações do 25 de abril se caricaturasse de algum modo o sofrimento dos jovens que tinham de ir para o Ultramar e das suas respetivas famílias, para que as gerações mais novas pudessem perceber o que aquelas pessoas passavam na altura.

Manifestou surpresa pela renúncia ao mandato do membro Luís Fernando Coelho de Barros Pereira, que desconhecia.

Deixou uma palavra de amizade ao Senhor António Loureiro Borges, pela fatalidade que lhe aconteceu e que o deixou bastante abalado.

Concluiu dizendo que sempre aqui esteve "despido" de partidos, apelando ao Executivo para que estejam abertos a fazer investimentos no Concelho, porque não houve obras estruturantes neste mandato.

- **Manuel Francisco Alves Pinto Laranjo** - Felicitou, na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, as pessoas que estiveram envolvidas na organização das



Fl. 121
2017.04.28

MUNICÍPIO DE TAROUCA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

cerimónias do 25 de Abril, que estão todas de parabéns, pelo excelente trabalho, especialmente na sessão da tarde. Agradeceu ao Senhor Presidente da Câmara Municipal e ao Senhor Vice-Presidente por todo o apoio que têm dado à sua freguesia.

Referiu o saneamento de Meixedo que está a decorrer, uma obra que foi candidatada aos fundos comunitários, que está a ser executada dentro do prazo que estava previsto e que era muito necessária.

Disse que há cerca de dois anos teve a oportunidade de mostrar a todos, aquando da visita à sua freguesia, as obras que estavam a ser feitas e no seu seguimento convidou todos os presentes para a inauguração do Parque Armando Leitão, em Salzedas, no próximo dia sete de maio, que apesar de não ser uma grande obra, tem muito simbolismo, pois finaliza todo o conjunto de intervenções que foram feitas na entrada de Salzedas, ao qual foi dado o nome de uma pessoa que foi muito importante para aquela povoação.

A propósito, disse que não pode deixar de lembrar o cidadão Valdemar Pereira, que ainda não era Presidente de Câmara, mas que com os seus contactos conseguiu que a candidatura do Centro Social fosse aprovada, assim como o Presidente da Junta de Freguesia, da altura, Jorge Reis Ferreira, por todo o seu apoio.

Concluiu dizendo que em breve terão a conclusão da obra no rio e posteriormente a obra da Casa do Povo.

- **Tiago Jorge Martins Eusébio** - Quanto à revisão do PDM, agradeceu ao Executivo o trabalho que foi feito, pois era uma situação que o preocupava, uma vez que é abordado muitas vezes pelas suas gentes, que se vêm na eminência de terem de abandonar a sua terra, por não poderem construir nos seus terrenos.

Quanto à referência que o membro António do Carmo Santos fez sobre a falta de grandes obras, perguntou o que é que falta em Tarouca, onde entende que já existem todas as grandes obras necessárias. Lamentou que apenas se preocupem com grandes obras em Tarouca, quando nas freguesias também há grandes obras, que todos deveriam visitar. Referiu por exemplo que a freguesia de S. João de Tarouca tem cinco cemitérios e foram feitas obras em todos, assim como foram abertos muitos estradões, reconstruíram-se várias capelas na freguesia, construíram-se as casas de banho em S. João de Tarouca, construiu-se o horto-monástico, tudo feito com a parceria entre a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal, entre muitas outras obras.

Considera que os membros deveriam visitar mais as obras que vão sendo feitas nas freguesias, não se devendo preocupar apenas com Tarouca, para verem o que os Presidentes de Junta vão conseguindo realizar com enorme esforço e dificuldade.

- **Rui Fernando Guedes Raimundo** - Disse que gostou muito da forma como foi festejado o 25 de Abril, por ter sido inovadora e muito interessante, tendo dado os parabéns à organização, parecendo-lhe que esse deve ser o modelo a ser seguido.

A propósito da intervenção do membro António do Carmo Santos, sobre a questão de não terem sido feitas grandes obras, disse que, mesmo que não houvesse nenhum constrangimento financeiro, entende que já não há necessidade de grandes obras, o que é verdadeiramente essencial é a obra que dá conforto e bem-estar às pessoas. Pois entende que anteriormente foi feita muita obra sem se perguntar às pessoas se era isso que queriam.

Considera que a única grande obra que falta é a zona industrial, que já há vinte anos devia ter sido feita e não foi. Disse ainda que são os Presidentes de Junta que mais sabem o que precisam as pessoas.

Perguntou em que situação estão as candidaturas aos fundos comunitários não para grandes obras, mas para as obras necessárias.

- **Manuel Leite dos Santos** - Reiterou as boas-vindas que foram dirigidas pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal ao membro José Bruno Gouveia Cardoso, desejando que com o seu empenho os ajude a fazer mais e melhor.

Quanto às comemorações do 25 de Abril, felicitou a organização, porque entende que o modelo que foi adotado é o que deve prosseguir, para que nunca mais seja um dia fastidioso, com discursos que já ninguém quer ouvir.

Em jeito de reflexão, parece-lhe que o apagão que vinha a acontecer desde há alguns anos, vai deixar de existir, e que por isso Tarouca volta ao mapa, ou seja já vai haver luz de noite, o que entende que nunca devia ter deixado de existir. Considera que se deveriam ter procurado outras soluções na altura, e não optar pela forma mais fácil para poupar, com o apagão noturno, medida que entende ser contrária à intenção de atrair pessoas para o Concelho. Salientou o início da aplicação de outro tipo de iluminárias LED, das quais já vinha falando há algum tempo.

No entanto, considera que se continua com rede elétrica rural insuficiente que não motiva os nossos agricultores e até os prejudica, perguntando se estão previstas medidas a curto/médio prazo.

- **António Luís Carrapa Sarmento** - Deu as boas-vindas ao novo membro, José Bruno Gouveia Cardoso, esperando que reconheça o trabalho que tem sido feito neste órgão durante estes quatro anos e que se sinta realizado até ao final do mandato.

Quanto às comemorações do 25 de Abril, disse que este ano correram muito bem, tal como já aconteceu no ano passado, e que é uma solução que pessoalmente lhe agrada muito mais do



Fl. 122
2017.04.28

MUNICÍPIO DE TAROUCA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que os discursos que eram feitos anteriormente. Para além disso tem a vantagem de cativar mais pessoas a participar neste tipo de comemorações. Disse ainda que a presença das Associações, das Bandas de Música tornam o 25 de abril numa festa popular, aberta a toda a população, salientando que isso só foi possível, porque existe uma Comissão Permanente, onde as pessoas se "despem" das cores políticas e trabalham em conjunto, fazendo uma política diferente.

Quanto à falta constante de um dos Vereadores às reuniões da Câmara Municipal referida pelo Senhor Presidente da Assembleia, disse que o mesmo acontece relativamente às reuniões da Assembleia Municipal, o que entende que é uma falta de respeito para com esta Assembleia e especialmente para com as pessoas que os elegeram, pedindo ao Senhor Presidente da Assembleia que tome a iniciativa que achar mais conveniente para resolver esse problema.

Salientou o Encontro Diocesano dos Alunos de Educação Moral e Religiosa Católica, que hoje está a decorrer, com o apoio da Câmara Municipal e da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Tarouca e Dálvares, do qual todos se devem orgulhar por terem escolhido Tarouca, porque estas centenas de jovens levarão consigo um pouco de Tarouca.

Deu os parabéns ao Executivo pelo novo site do Município, porque está mais interativo e acessível.

Quanto à questão das grandes obras e apesar de quase já tudo ter sido dito, entende que essa questão é complicada, porque depende muito do conceito que cada um tem de grande obra, tendo dado o seguinte exemplo: se se perguntar a uma pessoa de Murganheira se foi mais importante para eles a construção da variante Este, ou a alteração do muro que permitiu que o autocarro os pudesse ir buscar mais perto de casa, tem a certeza que diriam que o muro foi muito mais importante. No mesmo contexto, referiu ainda os inúmeros apoios que são dados às pessoas no âmbito da ação social, tais como: o transporte hospitalar; o apoio em medicamentos; os incentivos à natalidade; os grupos do Rejuvenescer Tarouca, os atendimentos na Unidade Móvel de Saúde, entre outros, que lhe parecem ser grandes obras, sem serem obrigatoriamente obras grandes.

Terminadas as intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para prestar os esclarecimentos necessários.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal iniciou por lamentar o falecimento da esposa do Senhor António Loureiro Borges, desejando a este as maiores felicidades e muita saúde.

Deu ainda as boas-vindas ao membro José Bruno Gouveia Cardoso, que está certo irá dignificar este órgão.

Explicou que não lhe foi possível estar presente na reunião da Comissão Consultiva da revisão do PDM, porque teve nesse

dia visitou o Concelho o Senhor Ministro da Cultura. Salientou que o PDM está quase terminado, o que entende que também é uma grande obra que exigiu dedicação e empenho. Relativamente às faltas dos Senhores Vereadores, disse que também entende que é uma falta de respeito para com o Executivo, e especialmente em relação às pessoas que lhes deram o voto para os representar.

Felicitou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal e a todos os membros da Comissão Permanente, pela organização das comemorações do 25 de Abril, que foram excelentes, sendo sempre um prazer partilhar com eles esses momentos.

Ao membro António do Carmo Santos disse que não foi eleito para fazer obras grandes sem dinheiro, nem para fazer obras à pressa, contem sim com este Executivo para fazer obras programadas, devidamente candidatas e aprovadas que promovam o bem-estar das pessoas do Concelho.

Agradeceu as palavras do membro Manuel Francisco Laranjo, tendo dito que sempre se disponibilizou para ajudar no que era possível, tendo dado vários exemplos das obras que ali foram realizadas.

Agradeceu ainda ao membro Tiago Jorge Martins Eusébio as suas palavras amigas e sinceras, salientando que quando tomou posse havia caminhos na freguesia de S. João de Tarouca em que não se conseguia passar de carro e onde agora isso é possível, porque foram feitos muitos quilómetros de caminhos agrícolas executados.

Ao membro Rui Fernando Guedes Raimundo disse que conseguiram dar uma vida nova às escolas do concelho, o que pensa que foi um bom trabalho. Quanto à zona industrial, disse que já devia estar feita há vinte anos, porque já perderam muitos investidores neste espaço de tempo. Salientou as inúmeras dificuldades que têm enfrentado para negociar um terreno para a uma zona industrial, tendo sido obrigados a recorrer à única arma que tinham, a expropriação, o que entende que será uma vitória quando conseguirem a respetiva declaração.

Relativamente às candidaturas, disse que existe o PARU que prevê diversas obras, que já foram candidatas, designadamente, a Alcáçima, que está já em concurso; a zona ribeirinha de Ucanha e de Mondim da Beira; o parque ribeirinho de Tarouca; a substituição dos abrigos de paragem de autocarros; o interface da cidade, ou seja um local para a paragem de autocarros; a reabilitação das ruas das Adegas e do Castelo; a substituição da sinalética; a modernização administrativa; a eficiência energética, entre outras.

Referiu ainda as candidaturas ao combate ao insucesso escolar e ao Vale Varosa 2, que inclui a recuperação do Mosteiro de Salzedas, tendo sido já informado que a mesma está aprovada.

Prosseguiu referindo as candidaturas da recuperação da igreja de S. Pedro de Tarouca; das quatro obras de



Fl. 123
2017.04.28

MUNICÍPIO DE TAROUCA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

saneamento, em falta no concelho; da floresta; a rede primária, secundária e a limpeza de mosaicos, o que considera que são um grande número de obras.

Referiu que o investimento em LEDS ficará em cerca € 400.000,00 para o Município e vai ser também objeto de candidatura.

Relativamente à rede elétrica para os agricultores, disse que têm feito bastantes, contudo salientou que houve anteriormente muitas candidaturas para esse efeito, mas que não foram aproveitadas.

Terminadas as intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à discussão do plenário a proposta de recomendação que apresentou e, não tendo havido intervenções, foi a mesma colocada à votação, tendo sido aprovada por maioria de dezoito votos a favor e uma abstenção do membro Dina Maria de Almeida Tomé.

Passou-se de imediato à discussão do primeiro ponto da ordem do dia:

PONTO 1 - APRECIÇÃO DO INVENTÁRIO DE TODOS OS BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES PATRIMONIAIS DO MUNICÍPIO E RESPECTIVA AVALIAÇÃO, RELATIVO AO ANO DE 2016;

Presente o inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais do Município e a respetiva avaliação, até trinta e um de dezembro de dois mil e dezasseis, elaborado de acordo com o POCAL, no valor líquido de € 30.895.992,22 (trinta mil e oitocentos e noventa e cinco mil e novecentos e noventa e dois euros e vinte e dois cêntimos), aprovado em reunião camarária de vinte de abril corrente, o qual foi enviado previamente a todos os membros para apreciação.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

O **Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo** informou que a Câmara Municipal não tem todos os bens inventariados e por isso o relatório dos auditores aponta sempre essa reserva ao imobilizado.

Disse ainda que se tem vindo a acrescentar as novas avaliações, que vão dando um conjunto de amortizações e por isso vão sempre à parte do património do Município.

Foi apreciado e tomado conhecimento do inventário, bem como de todos os documentos que o compõem e da respetiva avaliação, referente ao ano de 2016.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 2 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS REFERENTES AO ANO DE 2016, ACOMPANHADOS DA CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS E DO PARECER SOBRE AS MESMAS, APRESENTADOS PELA SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS "BDO & ASSOCIADOS, SROC, LDA."

Presentes os documentos de prestação de contas referentes ao ano de dois mil e dezasseis, elaborados nos termos do Decreto - Lei nº 59-A/99, de vinte e dois de fevereiro e da Resolução do Tribunal de Contas número 4/2001, de 18 de agosto de 2001, acompanhados da certificação legal de contas e do parecer sobre as mesmas, apresentados pela sociedade de revisores oficiais de contas "BDO & Associados, SROC, Lda." aprovados em reunião ordinária da Câmara Municipal de vinte de abril corrente, os quais foram enviados previamente a todos os membros para apreciação.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

O Senhor Presidente da Câmara elogiou o trabalho dos colaboradores do Município que elaboraram este documento, agradecendo a disponibilidade que sempre tiveram para a sua execução, designadamente, à Chefe de Divisão da DAF e aos Técnicos Isalina Pereira, Sandra Silva, Célia Silva e Mário Jorge.

Manifestou ainda a sua admiração ao Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo pela forma responsável como encara a elaboração destes documentos.

Ao Senhor Vereador Afonso Manuel Batista Dias agradeceu pela sua disponibilidade para ouvir a explicação do Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo sobre os documentos.

Explicou que este Executivo fez o que lhe foi possível e o que estava ao seu alcance para cumprir o que estava previsto no Orçamento, mas claro que gostariam de ter feito muito mais, mas tem a certeza que foram realizadas as obras que puderam e, especialmente, as que lhes foram solicitadas pelos Senhores Presidentes de Junta.

Referiu ainda que a grande maioria das obras foram feitas por administração direta, tendo por isso dado uma palavra de admiração aos colaboradores do Município por todo o seu trabalho.

Em relação à ação social, salientou o elevado número de apoios que têm sido dados, dos quais destacou o transporte de doentes para o IPO, que foi citado por alguém publicamente como um caso raro e único de ajuda às pessoas que não têm possibilidades para se deslocarem para esses tratamentos. Considera que dar melhor qualidade de vida às pessoas é das maiores obras que se podem fazer, e que todos se devem sentir orgulhosos disso.

No que respeita à educação, também tudo têm tentado fazer para valorizar o ensino e, por isso, estão sempre abertos para ajudar a resolver qualquer situação que lhes seja apresentada pela Direção do Agrupamento.

Relativamente à saúde, têm prestado o seu apoio a tudo o que lhes é possível, salientando o serviço prestado pela Unidade

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

de Cuidados Continuados Integrados, a melhoria na marcação de consultas, entre outras.

Quanto ao turismo, também tudo têm feito para o desenvolver, mas considera que é necessária a colaboração dos empresários privados, para que se consigam ter bons resultados.

Em relação à agricultura, disse que têm sido feitos muitos quilómetros de caminhos agrícolas, muros, etc., para criarem condições aos agricultores. Assim como a Régiefrutas tem vindo a ser desenvolvida no sentido de dar um impulso à agricultura do Concelho.

Interveio de seguida o Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo, que iniciou por dizer que o relatório dos auditores refere a reserva do imobilizado, tal como disse no ponto anterior, e que referem a necessidade de continuar a ser desenvolvidos esforços para colmatar essa situação. A segunda reserva tem a ver com os proveitos diferidos relativos a fundos comunitários desse mesmo imobilizado.

Prosseguiu dizendo que ao nível das enfases, o relatório refere em primeiro lugar a dívida à empresa Águas de Trás-os-Montes, a qual reduziu, porque ganharam um dos processos em Tribunal à empresa Águas de Trás-os-Montes, tendo aceiteado reconhecer alguma faturação, mas com valores à data de assinatura do contrato em 2002.

Quanto ao segundo enfase, disse que tem a ver com a falta de fundos disponíveis e o excesso de endividamento. Relembrou que no início do mandato o excesso de endividamento era superior a cinco milhões de euros e neste final de ano é de apenas um milhão e noventa e nove mil euros, o que considera que esta também foi uma grande obra, pois têm estado a pagar muitas das obras que foram feitas anos mandatos anteriores e por isso todas essas grandes obras são também deste Executivo.

Em relação ao último enfase, disse que foi apontada a regularização das amortizações que advêm dos investimentos que vão sendo reconhecidos e que vão para capital próprio. Disse ainda que quanto ao resto, os auditores concordam com a totalidade das contas, não apresentando qualquer outro erro ou observação.

Agradeceu aos colaboradores da Divisão Administrativa e Financeira pelo empenho, dedicação e sentido de responsabilidade na elaboração destes documentos.

Lembrou os grandes constrangimentos que o Município enfrenta e que condicionaram a atividade do ano dois mil e dezasseis, designadamente o facto de terem o montante de prestações anuais de cerca de um milhão e quatrocentos mil euros, apenas de empréstimos, os quais não podem deixar de ser pagos, porque também estão sujeitos a penhoras, tal como acontece com os particulares. Lembrou ainda a questão dos fundos disponíveis, uma vez que têm de assegurar o pagamento aos trabalhadores e aos fornecedores. Acresce o facto de que

até um de janeiro último ter sido impossível legalmente renegociar os empréstimos, para além da questão dos fundos comunitários que só em setembro último é que abriram para os Municípios.

Considera que este relatório não é só da Câmara Municipal, é sim um relatório autárquico, porque se não fosse a parceria que foram estabelecidas com as Juntas de Freguesia não seria possível realizar as obras que foram concretizadas no Concelho.

Explicou que optaram por executar caminhos agrícolas, muros, saneamento nas zonas onde ainda não existia, porque a opção deste Executivo foi sempre fazer obras que sirvam da melhor forma as pessoas, as obras de proximidade e que melhorem a qualidade de vida dos habitantes do nosso Concelho.

Salientou que, conforme têm vindo a afirmar, reabilitar, manter, dinamizar são as palavras de ordem de investimento desta Câmara Municipal, sendo por isso que Tarouca tem vindo a ser escolhida para eventos como o que está a acontecer neste dia.

Quanto à estrutura organizacional do Município, disse que se manteve.

Quanto às GOP a realização foi de 51% e os grandes desvios deveram-se ao atraso da abertura dos fundos comunitários nas áreas de saneamento e água, que atualmente já estão em curso. E também a Área Empresarial Local, por serem obrigados a recorrer à expropriação.

Prosseguiu referindo que a taxa de execução orçamental da receita foi de cerca de 73%, e que ao nível da receita corrente foram executados 80% e da receita de capital, foram executados só 49%, pelas razões já anteriormente descritas. Referiu que a dependência do Município em relação ao Estado é de cerca de 68%. Salientou que a grande parte da despesa corrente é canalizada para o pagamento do pessoal, e outra grande parte para o pagamento de empréstimos, e só depois é que vêm as restantes despesas.

Quanto aos limites legais, disse que se baixou pouco no endividamento líquido (0,32%), por causa da assunção de faturação atrasada da empresa Águas de Trás-os-Montes. Contudo no que respeita ao excesso de endividamento a médio e longo prazo verificou-se uma redução de 32%, mas a dívida total teve uma redução de 42%.

Em relação à demonstração de resultados, salientou o aumento da dívida da empresa Águas de Trás-os-Montes e o aumento da eletricidade, com as treze ETARS que estão atualmente todas em funcionamento.

Quanto ao resultado líquido foi prejudicado também pela perda de impostos, nomeadamente de IMI, pelas isenções automáticas legais que foram atribuídas, sendo que esta perda de receita ascendeu a aproximadamente duzentos mil euros.



Fl. 125
2017.04.28

MUNICÍPIO DE TAROUCA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Apresentou de seguida as obras e atividades desenvolvidas ao longo do ano de 2016.

Intervieram os seguintes membros:

Intervieram os seguintes membros:

- **Rui Manuel da Costa Pereira** - Retirou-se da mesa para intervir.

Iniciou por referir que as contas do Município são o reflexo financeiro do que foi feito no ano findo.

Disse que ao avaliar as contas, verificou desde logo o seguinte:

- a grande dependência do Município das transferências em relação às verbas do Orçamento de Estado (68% do total).

- o elevado valor das despesas com pessoal e dos fornecimentos externos, ficando-se apenas com uma margem de manobra muito pequena para as restantes despesas;

- as dificuldades de tesouraria do Município, que resultam das grandes obras que foram feitas em anteriores mandatos e que estão a ser pagas neste mandato;

- o atraso na abertura das candidaturas do atual quadro comunitário que influencia, quer a receita de capital, quer as Grandes Opções do Plano e o Plano Plurianual de Investimentos;

- a diminuição na cobrança do IMI, que devido às isenções automáticas legais, teve uma redução de cerca de €200.000,00, cujo valor daria para alterar o resultado líquido para positivo.

Apontou ainda o reconhecimento da dívida à empresa Águas do Norte, cujo valor influenciou o indicador da dívida e o prazo médio de pagamentos.

Salientou que, não obstante todos os constrangimentos apontados, considera que o Executivo está de parabéns pela preocupação social com o bem-estar da população.

Ressaltou também o cumprimento de grande parte dos parâmetros que constam do plano de saneamento financeiro, que funciona no Concelho como uma "mini-troika", pois se não fossem cumpridos determinados parâmetros teriam graves consequências, nomeadamente, o aumento da taxa do IMI para o máximo, as taxas dos licenciamentos também para o máximo, entre outras, o que seria muito penalizador para todos os Tarouquenses.

Concluiu agradecendo o trabalho e o empenho do Executivo, porque apesar de todas as dificuldades, conseguiram concretizar um conjunto de obras e atividades que promovem o desenvolvimento do Concelho.

- **Rui Fernando Guedes Raimundo** - Referiu que as contas demonstram sentido de rigor e sacrifício, porque não é fácil contornar todas as dificuldades, designadamente, o valor dívida, ao mesmo tempo que conseguem fazer obra, conforme se verificou pela apresentação a que acabaram de assistir.

Quanto à obra que foi feita, disse que concorda com a mudança de paradigma, para as pequenas obras, pois até há poucos anos os Municípios investiram muito em grandes obras, pensando que seria isso que fixava as pessoas, mas o que fixa as pessoas é o emprego, e isso não aconteceu. Por isso, entende que é urgente pensar em estratégias e criar condições para que os jovens se fixem no Concelho.

Agradeceu ao Executivo todo o esforço que tem vindo a fazer, disponibilizando-se para prestar todo o apoio que for necessário.

Quanto à questão do IMI, explicou que este e muitos outros Municípios perderam receita, porque os emigrantes que tenham residência no Concelho em termos fiscais, como não têm rendimentos no País ficam isentos de pagamento, o que acaba por ser uma injustiça.

- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal** disse que no âmbito da Mesa e da Comissão Permanente procuram estar atentos à atividade do Executivo e que ele, particularmente, vai procurando estar a par das dinâmicas do Município e uma das grandes preocupações tem sido a análise dos impactos sociais e dos impactos económicos das atividades do Município.

Quanto aos impactos sociais, disse que todos estão satisfeitos, porque o trabalho que tem sido feito é extraordinário. No entanto, no que se refere aos impactos económicos, referiu que existem constrangimentos, porque não existem os aceleradores de dinâmica económica do Concelho, quer no que respeita aos aceleradores endógenos internos e externos, pois o Executivo não tem tido possibilidade de investimento. E quanto aos aceleradores exógenos, como é o caso dos fundos comunitários, não se refletiram neste mandato. Por isso, e por razões de justiça, disse que não podia deixar de felicitar o Executivo, porque mesmo assim rentabilizou os recursos escassos que tinha, e em parceria com as juntas de freguesia, a quem também felicitou, têm conseguido minimizar os efeitos negativos e desenvolver o Concelho.

- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal** lembrou que o Executivo, apesar de todas as dificuldades que tem enfrentado, não alterou as taxas para os Municípios, mas se não cumprissem o plano de saneamento financeiro eram obrigados a fazê-lo, o que seria um grande constrangimento para todas as pessoas.

Disse ainda que um dos grandes investimentos que preveem é a construção da área de acolhimento empresarial, porque é a única que entendem que é a mais necessária, com vista a promover a fixação de pessoas no Concelho.

- **O Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo** explicou que se o Município não cumprir o Plano de Saneamento Financeiro, terá logo a redução das verbas, pois



Fl.

126

2017.04.28

MUNICÍPIO DE TAROUCA**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

no mês de março não cumpriram um indicador e tiveram logo uma redução de verbas.

Disse ainda que para além de outros, um acelerador que precisava de existir no Concelho era uma menor aversão ao risco por parte dos empreendedores, de forma a investirem no Concelho.

Terminadas as intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou os documentos à votação do plenário, tendo sido deliberado, por maioria de dezasseis votos a favor e duas abstenções dos membros Ana Palmira Botelho Figueiredo e José Bruno Gouveia Cardoso, o seguinte:

- Aprovar os documentos de prestação de contas referentes ao ano de dois mil e dezasseis;
- Aprovar o relatório de gestão;
- Aprovar a proposta de aplicação do resultado líquido do exercício, constante do relatório de gestão, e que a seguir se transcreve, onde se verifica que foi obtido o valor de € no valor de € 192.029,77 (cento e noventa e dois mil e vinte e nove euros e setenta e sete cêntimos) negativos, o qual deverá ser transferido para resultados transitados:

"De acordo com o definido no POCAL, o resultado líquido do exercício, deverá ter o seguinte tratamento:

"2.7.3.1. Aplicação aprovada pelo órgão deliberativo, mediante proposta fundamentada do órgão executivo.

2.7.3.2. No início de cada exercício, o resultado líquido do exercício anterior é transferido para a conta 59 "Resultados transitados".

Assim, em conformidade com o definido no POCAL, propõe-se que o resultado líquido do exercício de 2016, no valor de 192.029,77€ negativos, seja transferido para resultados transitados."

PONTO 3 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO ADITAMENTO AO CONTRATO DE CONCESSÃO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA EM BAIXA TENSÃO NO MUNICÍPIO DE TAROUCA

Presente a proposta de aditamento ao contrato de concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão no Município de Tarouca, aprovada pela Câmara Municipal em sua reunião de 6 de abril de 2017, a qual foi enviada antecipadamente a todos os membros para apreciação a qual a seguir se transcreve:

"ALTERAÇÃO AO ANEXO I AO CONTRATO TIPO DE CONCESSÃO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA EM BAIXA TENSÃO / NOVA MINUTA DA ADENDA

PROPOSTA

Em outubro de 2016, e na sequência de uma decisão do Conselho Intermunicipal, foi preparada e remetida pela Comunidade Intermunicipal do Douro a todos os municípios uma proposta de Adenda ao Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica em Baixa Tensão, para formalizar a

alteração ao anexo I do referido Contrato de Concessão, acordado entre a ANMP e a EDP Distribuição, SA.

Após a sua submissão e aprovação pela Câmara e Assembleia Municipal, foi a mesma remetida à EDP Distribuição para análise e assinatura, tendo a EDP Distribuição manifestado algumas reservas quanto ao articulado, nomeadamente a necessidade da inclusão de uma condicionante prevista no Protocolo com a ANMP, mas não traduzida no articulado do novo Anexo I, nem na adenda proposta.

Reponderado o assunto na última reunião do Conselho Intermunicipal, foi deliberado que o Secretariado Intermunicipal acordasse com a EDP Distribuição uma nova proposta de Adenda para ser resubmetida à apreciação das Câmaras e Assembleias Municipais.

Nesta conformidade, tendo sido obtido o acordo da EDP Distribuição, **PROPONHO** a V.Exas que esta Câmara Municipal delibere, no uso da competência prevista na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12.09):

a) aprovar a minuta da nova adenda, que já integra o novo Anexo I, ao contrato de concessão de distribuição de eletricidade em baixa tensão celebrado entre o Município de Tarouca e a EDP-Distribuição, SA;

b) solicitar autorização à Assembleia Municipal para outorgar a mencionada adenda, nas condições estipuladas e que constam em anexo à presente proposta, revogando a autorização concedida em sessão de 10.12.2016 (nos termos do disposto na alínea p) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro).

Tarouca, 03.04.2017

O Presidente da Câmara,

a)Valdemar de Carvalho Pereira"

Interveio o membro José Bruno Gouveia Cardoso tendo solicitado ao Senhor Presidente da Câmara Municipal uma explicação sobre o assunto.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que este assunto tem a ver com o prazo de colocação da iluminação LED que não constava da anterior proposta e que agora foi acrescentado.

Terminadas as intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação do plenário o assunto, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a outorga da mencionada adenda, nas condições estipuladas e que constam em anexo à presente proposta e revogar a autorização concedida em sessão de 10 de dezembro de 2016 (nos termos do disposto na alínea p) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro).

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.



2017.04.28

MUNICÍPIO DE TAROUCA**ASSEMBLEIA MUNICIPAL****PONTO 4 - APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO RESPEITANTE À AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS RESPEITANTE AO PERÍODO DE 01.01.2017 A 18.04.2017;**

Presente a informação aprovada em reunião da Câmara Municipal de vinte de abril corrente, respeitante aos compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização genérica concedida por deliberação da Assembleia Municipal de 10.12.2016, respeitante ao período de 01.01.2017 a 18.04.2017, a qual foi enviada antecipadamente a todos os membros para apreciação e que a seguir se transcreve, e será arquivada sob o número trinta e nove, no maço de documentos número um do livro de atas número onze:

"AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS OU A SUA REPROGRAMAÇÃO**INFORMAÇÃO REFERENTE AO PERÍODO 01.01.2017 a 18.04.2017**

Para efeitos de cumprimento da obrigação de informação à Assembleia Municipal sobre os compromissos plurianuais assumidos pela Câmara Municipal e pelo Presidente da Câmara, ao abrigo da autorização genérica concedida por deliberação daquele órgão datada de 28.11.2015 e de 10.12.2016, aquando da aprovação dos documentos previsionais para o ano de 2016 e para o corrente ano, junto se anexa a respetiva lista, referente ao período de 01.01.2017 a 18.04.2017.

Paços do Município, 18.04.2017.

O Presidente da Câmara,

a) Valdemar de Carvalho Pereira"

Foi apreciada e tomado conhecimento da informação respeitante à autorização prévia genérica para assunção de compromissos plurianuais respeitante ao período de 01.01.2017 a 18.04.2017.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 5 - APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, DA RESPETIVA SITUAÇÃO FINANCEIRA E DOS RESULTADOS DA PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NAS EMPRESAS LOCAIS E EM QUAISQUER OUTRAS ENTIDADES (ALÍNEAS B) E C) DO N° 2 ART. 25° DA LEI N° 75/2013, DE 12.09).

Presente a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade do Município, da respetiva situação financeira e dos resultados da participação do Município nas empresas locais e em quaisquer outras entidades (alíneas b) e c) do n° 2 art. 25° da Lei n° 75/2013, de 12.09), a qual será arquivada sob o número trinta e três, no maço de documentos número um do livro de atas número onze.

Intervieram os seguintes membros:

- **António do Carmo Santos** - Disse que a sua intervenção no início, veio despertar esta Assembleia Municipal para intervir, pois pergunta quem não tem ambição de fazer mais e melhor e relativamente às obras grandes, tem de se ver o

contexto em que são feitas. A este propósito, disse que gostou das intervenções dos membros Tiago Jorge Martins Eusébio e Manuel Francisco Alves Pinto Laranjo, por terem enaltecido as obras nas suas freguesias, uma vez que entende que é para isso que estão cá os Presidentes de Junta, que são os representantes das suas freguesias.

Em relação à informação da atividade do Executivo, só demonstra que foi feito um bom trabalho.

Concluiu perguntando o que está previsto em termos de ARUS. Terminadas as intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra **ao Senhor Presidente da Câmara Municipal** que agradeceu a intervenção do membro António Carmo Santos, tendo explicado que para ser candidatado o PARU, tem de previamente existir a ARU, que possibilitará o investimento dos particulares.

Passou-se de seguida ao

2º MOMENTO DO PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Inscreveram-se para intervir no segundo momento do período de intervenção do público os cidadãos **José Nunes e Maria Assunção Monteiro**

O cidadão **José Nunes** referiu que há obras que foram apresentadas como concluídas, mas que não estão efetivamente concluídas, como por exemplo, a variante este, porque há terrenos por pagar, há acessos por concluir, o muro do Pico, que ainda não está concluído, porque ainda há lugares sem muro, entre outros.

Sugeriu a construção de casas de banho públicas na praça de táxis de Tarouca e a redução de uma lâmpada de iluminação pública em cada 3 lâmpadas, durante a noite.

Salientou que os emigrantes portugueses estão com alguns problemas graves em termos de fiscalidade na Suíça, relativamente ao pagamento de impostos sobre o imobiliário, tendo explicado pormenorizadamente o respetivo procedimento. Concluiu lamentando que houvesse aqui membros da Assembleia que passaram metade do tempo desta sessão na Internet, o que considera que é uma falta de respeito para com todos.

A cidadã **Maria Assunção Monteiro** - Disse que gostou das comemorações do 25 de abril, lamentando que a cerimónia de entrega dos prémios seja apenas para alguns, o que não devia acontecer, porque entende que a participação de todos devia ser incentivada.

Agradeceu ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal o facto de ter conseguido aprovar um regimento que permite aos cidadãos participarem, pois apesar de não serem ouvidos, pelo menos têm a oportunidade de se manifestar e quem sabe um dia serão ouvidos, porque o caminho faz-se caminhando. Agradeceu-lhe ainda porque imprimiu a este órgão, com a sua equipa, um conjunto de iniciativas e de dinamismo, que estava a precisar. Lamentou apenas que nos deixe sem ter implementado o orçamento participativo, pois entende que os



Fl. 128
2017.04.28

MUNICÍPIO DE TAROUCA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Tarouquenses têm demonstrado uma cultura democrática quanto basta para garantir que estariam à altura do desafio do orçamento participativo.

Quanto à ação social, e ao caráter sigiloso dos cabazes de natal que lhe foi informado na última sessão, disse que ficou muito surpresa quando viu um edital onde constam as pessoas que tiveram ajudas para reconstruir as suas habitações, perguntando porque não são publicitadas as entregas dos cabazes de natal, que são também uma ajuda.

Referiu o albergue de Valdevez, que considera muito importante, porque impede que Tarouquenses fiquem a dormir de baixo da ponte, agradecendo ao Senhor Presidente da Câmara o facto de se ter lembrado dela própria para o poder utilizar.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal relativamente à fiscalidade dos cidadãos da Suíça disse que é um problema complexo, desconhecendo-se como pode ser resolvido e um outro problema é que a nossa região perdeu residentes, havendo concelhos que podem até perder vereadores e terem problemas de financiamento por exemplo na saúde.

Quanto ao prémio José Leite Vasconcelos, disse que entende que a sua atribuição fica muito bem no 25 de Abril, tendo este ano sido dada uma maior dignidade ao ato.

Em relação ao orçamento participativo disse que não é da competência da Assembleia Municipal a sua implementação.

Tendo surgido diversas dúvidas sobre as questões da fiscalidade dos emigrantes que foram referidas, **o membro Rui Manuel Costa Pereira** esclareceu que a alteração da legislação fiscal que aconteceu na Suíça, nada tem a ver com a questão do IMI que está a suceder em Portugal, tendo dado uma breve explicação sobre o assunto.

O Senhor Presidente da Câmara dirigindo-se ao munícipe José Nunes agradeceu as suas palavras e sobre o problema da fiscalidade dos emigrantes na Suíça, disse que foi um tema interessante, que deve ser refletido por todos, porque efetivamente os concelhos com muitos emigrantes correm o risco de ver diminuída a sua população e consequentemente as verbas. Sobre os wcs na praça de táxis, informou que já estão previstos na obra do Interface da cidade.

À munícipe Assunção Monteiro disse que registou as suas palavras e quanto ao edital que referiu resulta do cumprimento de uma obrigação legal.

Disse ainda que não é necessário agradecer-lhe, porque não podia ficar indiferente à sua situação, desejando que tudo lhe corra da melhor forma possível.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a reunião pelas dezoito horas e quinze minutos, da qual se lavrou a presente ata, que depois de aprovada vai ser assinada nos termos legais.

E eu, *Inc. Maria Guano Borges*, Coordenadora
Técnica da Secção de Expediente Geral e Apoio aos Órgãos
Autárquicos, designada para secretariar a reunião, a redigi
e subscrevi.

O Presidente da Assembleia Municipal,

